

RESOLVE convocar sessão do Tribunal Pleno, sem prejuízo da sessão do Órgão Especial, para o dia 30 de junho de 2016, com início às 13h30m (treze horas e trinta minutos), para deliberar sobre a proposta do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça e, outros assuntos de interesse do Poder Judiciário, sendo realizada, em sequência, a reunião ordinária do Órgão Especial.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em 27 de junho de 2016.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDITAL Nº 45/2016

Dispõe sobre processo seletivo, em caráter temporário e excepcional, destinado a ocupantes dos cargos efetivos de Analista Judiciário-Área Judiciária-Especialidade: Execução de Mandados e de Oficial de Justiça Avaliador do Quadro III-Poder Judiciário do Estado do Ceará.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º da Resolução do Órgão Especial nº 15/2016, de 09 de junho de 2016, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico de 13 de junho de 2016;

CONSIDERANDO o teor do Acórdão do Conselho Nacional de Justiça ao julgar o Procedimento de Controle Administrativo nº 0002487-45.2015.2.00.0000;

RESOLVE:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Tornar pública a realização de processo seletivo, em caráter temporário e excepcional, para ocupantes dos cargos efetivos de Analista Judiciário-Área Judiciária-Especialidade: Execução de Mandados e de Oficial de Justiça Avaliador, deste Poder, com o objetivo de atuar, mediante disposição por prazo determinado, em comarcas nas quais inexistem servidores efetivos habilitados ao cumprimento de mandados judiciais, em conformidade com as normas do presente Edital.

Art. 2º As comarcas participantes e os quantitativos de servidores a serem selecionados por comarca para cumprimento do objeto do processo seletivo de que trata este Edital são os seguintes:

| COMARCA | QUANT. SERVIDORES |
|----------------------|-------------------|
| COMARCA DE ARACOIABA | 2 |
| COMARCA DE IRAUCUBA | 2 |
| COMARCA DE VARJOTA | 2 |

DOS PARTICIPANTES

Art. 3º Poderão participar do presente processo seletivo os Analistas Judiciários-Especialidade: Execução de Mandados e os Oficiais de Justiça Avaliadores em efetivo exercício neste Poder, observadas as condições a seguir:

I - se lotados em comarcas onde não há coordenadoria de cumprimento de mandados instalada, desde que o quantitativo de Oficiais de Justiça Avaliadores / Analistas Judiciários-Execução de Mandados seja superior ao quantitativo de unidades judiciárias;

II - se lotados em comarcas com coordenadoria de cumprimento de mandados instalada, desde que existam, no mínimo, 3 (três) Oficiais de Justiça Avaliadores / Analistas Judiciários-Execução de Mandados em exercício na respectiva coordenadoria.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso I deste artigo, são consideradas unidades judiciárias: as varas, os juizados especiais, os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher e as turmas recursais.

DO PRAZO DA SELEÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 4º As disposições dos servidores selecionados para as comarcas dispostas no art. 2º serão exercidas, inicialmente, pelo prazo de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a pedido prévio e fundamentado do Juiz Diretor do Fórum da comarca de destino.

Parágrafo único. Durante o período da disposição temporária, o servidor fará jus à percepção de diárias e ao reembolso da despesa de combustível relativa ao deslocamento rodoviário entre as comarcas de origem e de destino, mediante comprovação, respeitadas as disposições da Resolução do Órgão Especial nº 09, de 22 de agosto de 2013, disponibilizada no Diário da Justiça de 23 de agosto de 2013.

DA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

Art. 5º Os servidores interessados em participar do processo seletivo deverão efetuar as respectivas inscrições no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital, por meio de formulário eletrônico disponibilizado na página da Intranet do TJCE e no Portal do TJCE (www.tjce.jus.br), com acesso possibilitado pela matrícula e senha de consulta do extrato de pagamento.

Art. 6º No ato da inscrição, o servidor indicará a comarca pretendida à disposição temporária, em conformidade com a relação constante do art. 2º deste Edital.

Art. 7º No decorrer do prazo de inscrição, o formulário eletrônico ficará disponível para que o candidato possa alterar a comarca pretendida ou cancelar sua participação no processo seletivo, ficando vedada desistência posterior ao prazo de inscrição.

Art. 8º Somente serão válidas as inscrições efetuadas no período entre 10 horas do primeiro dia do prazo de inscrição e 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo de inscrição.

DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 9º A classificação dos candidatos inscritos no processo seletivo obedecerá os critérios objetivos na seguinte ordem:

I. maior tempo de serviço público prestado no Poder Judiciário do Estado do Ceará, no exercício de cargos de provimento

efetivo e/ou exclusivamente comissionados;

II. maior tempo de serviço público;

III. maior idade.

Parágrafo único. O tempo de serviço prestado em outras instituições públicas será computado desde que tenha sido averbado em ficha funcional do servidor até a data anterior à da publicação deste Edital.

Art. 10 Decorrido o prazo de inscrição, será publicado edital com a classificação provisória, seguido de prazo de 2 (dois) dias para interposição de recurso via sistema SAJADM-CPA.

Art. 11 Decorrido o prazo recursal e a análise dos recursos devidamente protocolizados, será publicado o edital de classificação final do processo seletivo, homologado pela Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 12 Não havendo manifestação de interesse, a Presidência do Tribunal designará Analistas Judiciários-Especialidade: Execução de Mandados ou Oficiais de Justiça Avaliadores em efetivo exercício neste Poder para atuar nas comarcas referidas no art. 2º, em caráter temporário e excepcional, nos termos dos arts. 3º e 4º.

Art. 13 A disposição temporária dos servidores classificados no presente processo seletivo será autorizada por portaria da Presidência do Tribunal de Justiça.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 27 de junho de 2016.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

OUTROS EXPEDIENTES

EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS Nº 62/2016

Referência: 8500016-20.2016.8.06.0076

Assunto: Diferença de Entrância

Interessado(a): Dr(a). CARLOS EDUARDO CARVALHO ARRAIS, Juiz Substituto Titular da Comarca de Farias Brito

Deferimos o pedido de acordo com as informações constantes nos autos.

Assim, considerando-se a delegação contida na Portaria nº 1785/2015, disponibilizada no Diário da Justiça eletrônico do dia 14 de agosto de 2015, autorizamos o pagamento no valor total de R\$ 1.375,00 (um mil, trezentos e setenta e cinco reais), relativo à diferença de entrância, em virtude de respondência pela 2ª Vara da Comarca de Várzea Alegre, durante ausência do titular, no período de 23 de maio a 02 de junho de 2016.

SECRETARIAS GERAL E DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 15 de junho de 2016.

Pedro Henrique Gênova de Castro - Secretário Geral

Edilson Baltazar Barreira Júnior - Secretário de Gestão de Pessoas

Referência: 8500023-87.2016.8.06.0148

Assunto: Diferença de Entrância

Interessado(a): Dr(a). THALES PIMENTEL SABÓIA, Juiz Substituto Titular da Comarca de Poranga

Deferimos o pedido de acordo com as informações constantes nos autos.

Assim, considerando-se a delegação contida na Portaria nº 1785/2015, disponibilizada no Diário da Justiça eletrônico do dia 14 de agosto de 2015, autorizamos o pagamento no valor de R\$ 1.375,00 (um mil, trezentos e setenta e cinco reais), relativo à diferença de entrância, em virtude de respondência pela 1ª Vara da Comarca de Crateús, no mês de maio de 2016.

SECRETARIAS GERAL E DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 13 de junho de 2016.

Pedro Henrique Gênova de Castro - Secretário Geral

Edilson Baltazar Barreira Júnior - Secretário de Gestão de Pessoas